

IC - Inquérito Civil n. 06.2018.00000609-7

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, representada pelo Promotor de Justiça **Alvaro Pereira Oliveira Melo**, ora **CELEBRANTE**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal; no artigo 97 da Constituição Estadual; no artigo 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; no artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85; e no art. 83, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 197/2000; e

**Lourdes Maria Carneiro**, ora **COMPROMISSÁRIA**, brasileira, solteira, doméstica, inscrita no CPF sob n. 908.243.859-34, residente e domiciliada na Rua Archimedes Lobo Johannsen, 82, Murta, Itajaí/SC, firmam o presente:

**CONSIDERANDO** que a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, disciplinada pela Lei Complementar n. 197/00, estabeleceu no art. 82, inciso XII, ser função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme art. 83, I, da mesma Lei;

**CONSIDERANDO** que o art. 225, *caput*, da Constituição Federal assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações;

**CONSIDERANDO** que meio ambiente é "*o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga, e rege a vida em todas as suas formas*" (Lei n. 6.938/81, art. 3º, inciso I);

**CONSIDERANDO** que segundo o art. 3º, III, "a" e "b" da Lei n.

6.938/81, poluição é a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, e lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

**CONSIDERANDO** que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça, por meio de ofício encaminhado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Itajaí, a notícia de que uma residência localizada na Rua Archimedes Lobo Johannsen, bairro Murta, nesta cidade, abriga arbóreo do gênero *Pinus*, de grande porte, e em situação de grande inclinação, o que expõe a risco a segurança dos vizinhos e transeuntes, uma vez que há risco muito alto de tombamento do pinheiro para a via pública e para a residência vizinha;

**CONSIDERANDO** que a proprietária do imóvel, mesmo após a realização de fiscalização no local pela Coordenadoria de Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar não autorizou a entrada no imóvel para o corte preventivo da árvore, sob a justificativa de que a envergadura desta não oferece risco;

**RESOLVEM** celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, com fulcro no art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85, mediante as cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA 1ª** - A Compromissária compromete-se, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do presente termo, a promover o corte do indivíduo arbóreo Pinheiro do gênero *Pinus* inserido em sua propriedade, localizada na Rua Archimedes Lobo Johannsen, 82, Murta, nesta cidade, mediante autorização e acompanhamento pelos órgãos responsáveis;

**Parágrafo único:** A Compromissária compromete-se a encaminhar a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias após o término do prazo assinalado na cláusula primeira, documentação comprobatória acerca do corte do indivíduo arbóreo.

**CLÁUSULA 2ª** - O descumprimento ou violação da Cláusula 1ª deste Termo de Ajustamento de Conduta implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa diária no importe de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia de descumprimento.

**Parágrafo único:** A multa disposta será recolhida ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados, CNPJ: 76.276.849/0001-54, disciplinado pelo Decreto n. 1.047/87, mediante boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça.

**CLÁUSULA 3ª:** O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil, contra o Compromissário, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

**CLÁUSULA 4ª -** A comprovada inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título.

**CLÁUSULA 5ª -** As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**CLÁUSULA 6ª -** Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial.

Itajaí, 15 de fevereiro de 2018

**ALVARO PEREIRA OLIVEIRA MELO**  
Promotor de Justiça

**Lourdes Maria Carneiro**  
Compromissária